



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de MATERIAL CIRÚRGICO E HOSPITALAR DESCARTÁVEL, para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Hospital Dr. Mário Dutra de Castro
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico via Registro de Preço, nos termos do Art. 28, inciso I, Art. 82 da Lei nº 14.133/21;
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por item.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

2.1 Aquisição, sob demanda, de MATERIAL CIRÚRGICO E HOSPITALAR DESCARTÁVEL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	940344	Invólucro para utilização de esterilização de material e instrumental cirúrgico em auto-clave. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Anti estático, alta barreira contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS. Tamanho: wrap pesado 0,75 x 0,75 Gramatura 50g/m².	UNID	4500
02	940344	Invólucro para utilização de esterilização de material e instrumental cirúrgico em auto-clave, alta barreira contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS. Tamanho: wrap pesado 1,00 x 1,00 Gramatura 50g/m².	UNID	4320
03	940344	Invólucros para utilização de esterilização de material e instrumental cirúrgico em auto-clave. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Anti estático, alta barreira contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS. Tamanho: wrap pesado 1,50 x 1,50.	UNID	3600
04	722770	Pijama cirúrgico tamanho GG, gramatura 45 gr, cor azul, composto de calça e blusa, sendo a calça com fechamento de elástico ou tiras na cintura, blusa com colocação pela cabeça, manga curtas, uso único, não estéril.	UNID	4000
05	722770	Pijama cirúrgico tamanho M, gramatura 45 gr, cor azul, composto de calça e blusa, sendo a calça com fechamento de elástico ou tiras na cintura, blusa com colocação pela cabeça, manga curtas, uso único, não estéril.	UNID	1760
06	386339	Lençol descartável em TNT Branco com elástico. Medidas	UNID	3572



		mínimas: 2,20 x 1,10m Gramatura 30 gr.		
07	335478	Avental para exames (camisola) descartável, manga longa em TNT branco. Tamanho único. Gramatura 40gr.	UNID	3572
08	434250	Avental tamanho XGG (Capote) cor azul, com punho de malha medindo 11 cm. Medindo: 1,35 de altura x 1,70 de largura. Fechamento no pescoço com duas tiras. Proteção extra na metade da manga e na altura da cintura, sendo duas tiras azuis e duas tiras brancas para serem amarradas com seus pares. TAG de segurança para evitar contaminação. Embalado em grau cirúrgico com dobra asséptica. Acompanha toalha de procedimento confeccionada em spuntec na cor branca, medindo 0,33 x 0,50. Material confeccionado em SSMMS, estéril.	UNID	3572
09	443956	Pacote Universal Conjunto cirúrgico (kit cirúrgico completo) com dobra asséptica, embalado em grau cirúrgico, não desprende fibras, atóxico e hipoalérgico. Composto por: 01 campo cirúrgico superior, medindo 1,50 x 2,00 com fita dupla face para fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,35 x 0,70cm, passantes, 01 campo cirúrgico inferior, medindo 1,80 x 1,80 com fita dupla face para fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,30 x 0,70cm, passantes 2 campos cirúrgicos laterais medindo 1,00 x 1,50 com fita dupla fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,35 x 0,70 cm passantes. 01 coberta impermeável para mesa auxiliar. (lado absorvente outro impermeável) medindo 1,40 x 2,10. Confeccionado em PM 57. Cor azul 01 cobertura da mesa de Mayo (lado absorvente outro impermeável), medindo 0,60 x 1,30. Confeccionado em filme plástico de PEBD (branco leitoso) com reforço de um lado altamente absorvente de LC em forma de fonha.	UNID	1181

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 29.549/2023.

2.4 O prazo de vigência da aquisição é de 01 (um) ano contado da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e no Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro por 12 meses.



2.3. Visando providenciar cobertura a todo tipo de atendimento relacionado à saúde, os itens solicitados são essenciais e fundamentais para a proteção dos profissionais em atendimento e extremamente necessários para garantir a segurança dos pacientes.

2.4. Fora acrescida margem de segurança de 20% em todos os itens levando em consideração a implementação da Lei nº4956/2023 – LEI REBECA, que garante a gestante à possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. A margem acrescida tem como objetivo garantir proteção a toda à equipe e ao acompanhante (quando necessário).

2.5. Também foi acrescentado o tamanho M, considerando o biótipo da equipe e, por não haver histórico de consumo do item, utilizou-se de parte do total de pijamas GG para a presente aquisição.

2.6. Os materiais descartáveis tem como sua principal função minimizar os riscos de contaminações biológicas (vírus, bactérias, fungos e protozoários), sendo assim cada um dos itens tem a sua própria relevância visando à boa execução da atividade do atendimento, garantindo a segurança para os funcionários e para os pacientes.

2.7. A presente aquisição possui o fito de atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro por 12 meses.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO;

2.1. Aquisição, sob demanda, de Material Cirúrgico e Hospitalar Descartável, para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano, uma vez que os materiais descartáveis tem como sua principal função minimizar os riscos de contaminações biológicas (vírus, bactérias, fungos e protozoários), sendo assim cada um dos itens tem a sua própria relevância visando à boa execução da atividade do atendimento, garantindo a segurança para os funcionários e para os pacientes a solução mais viável para a presente aquisição, tendo sua Fundamentação Legal com Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário possibilitando a ampla concorrência e garantindo à administração maior economicidade na compra dos materiais.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

5.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.2 Sustentabilidade:

5.2.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2.2 Obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

5.3 NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

5.4 Os materiais ofertados deverão atender as normas da ABNT e do INMETRO. Materiais médicos/hospitalares devem conter registro ANVISA (com autorização na validade), deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes do Ministério da Saúde (ANVISA). Com exceção os isentos, porém deve acompanhar documento que comprove sua isenção, junto à proposta de preço.



5.5 Os materiais deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, com identificação do produto, fazendo constar sua descrição e incluindo: marca, fabricante, registro ANVISA, modelo e garantia, de acordo com suas características.

5.6 ITENS 08 E 09: Deverão ser apresentados os laudos laboratoriais exigidos pela ABNT – NBR 16064/2022, bem como da NBR ISO 10993-1.

5.7 ITENS 01, 02 E 03: Deverão ser apresentados os laudos laboratoriais exigidos pela ABNT – NBR 14990-6/2009.

5.8 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.9 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

5.10 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

5.11 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6 EXECUÇÃO CONTRATUAL.

2.2. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho, conforme demanda da Unidade Requisitante.

2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro - Travessa, Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 – Centro, Nova Friburgo/RJ de 09h às 16h, segunda a sexta-feira, respeitando o intervalo de almoço das 12h às 13h.

2.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



- 2.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 2.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 2.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 2.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.11. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato;
- 2.12. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- 2.13. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;
- 2.14. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 2.15. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
- 2.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 2.17. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 2.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 2.19. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Municipal de Saúde.
- 2.20. QUANTO AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE;
- 2.21. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
- 2.22. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- 2.23. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 2.24. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 2.25. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;



2.26. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

2.27. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

2.28. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

2.29. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

2.30. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

2.31. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 DA FISCALIZAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21).

2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Eduardo da Costa Mendonça de Melo	063.345	Gestor Titular
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Substituto
Adriane de Jesus Schenquel	299.287	Superior Imediato
Cláudia Knupp Rodrigues	207.524	Fiscal Titular
Priscila Ignácia Martins de Castro	207.459	Fiscal Substituto

7.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de pregão eletrônico, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.8 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da

respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9 - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.10 - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.11 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

3.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.2.1	Elemento de Despesa:	33.90.30.08
12.2.2	Fonte de Recurso:	1600 - SUS
12.2.3	Programa de Trabalho:	30001.10.302.0085.2.203

10.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 28.606.630/0001-23 ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

11 LIQUIDAÇÃO:

11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao DECRETO Nº 2.493/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

12 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o DECRETO Nº 2.493/2023 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Estadual CND – referente ao ICMS;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21 e a contratada que:

- 13.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



13.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.9 SERÃO APLICADAS AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NESTA LEI AS SEGUINTE:

13.10 - Advertência; quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.11 - Multa; no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.12 - Impedimento de licitar e contratar; por prazo não superior a 03 (três) anos;

13.13 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

13.14 NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

13.15 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.16 - As peculiaridades do caso concreto;

13.17 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.18 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.19 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

14.2 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Saúde.

GESTOR:

Eduardo da Costa Mendonça de Melo
Matr.: 063.345

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 063.454